

HIGHLIGHTS

- **Tarifaço gera empate triplo no volume de publicações:** o tarifaço produziu o debate mais equilibrado do ano, com 34% dos posts de direita, 34% de esquerda e 32% de imprensa, distribuição rara em um tema de alta temperatura política.
- **Enquadramentos em disputa:** o equilíbrio esconde uma divisão na disputa pelo enquadramento do tema. A imprensa se ocupou da cobertura factual, a esquerda levantou a bandeira da soberania e à direita disputou a atribuição de culpa.
- **Politização supera cobertura factual no alcance das publicações.** Dos seis eixos de discussão identificados, os relacionados à disputa política circularam mais do que a cobertura factual: os dois eixos de disputa política, a “culpa pelo tarifaço” e a “defesa da soberania”, somaram 49% dos posts mas 58% do alcance, acima do alcance alcançado pelos três eixos mais relacionados a cobertura factual (“crise com Rubio”, “produtos tarifados” e “investigação do USTR”).
- **Principal debate: quem é o vilão?** A identificação do culpado pelo tarifaço gera a maior disputa narrativa. Embora principal temática para o campo da direita, a responsabilidade pelo tarifaço apresentou debate acirrado, com o maior alcance do recorte, com 36% do total, e o mais disputado, com 44% das postagens de direita e 38% de esquerda.
- **Soberania à esquerda:** a defesa da soberania nacional foi o eixo mais escorado à esquerda do recorte, com 65% das publicações, ao reunir a defesa dos empregos e da pátria, as críticas ao governo Trump e a acusação de traição pela família Bolsonaro e seus aliados.
- **Imprensa no fato:** a investigação do USTR foi o maior eixo em volume, com 41% dos posts, e teve 51% de presença da imprensa, ao cobrir o detalhamento da Seção 301, seus impactos na economia brasileira, a politização na postura de Marco Rubio e a resposta do Planalto.
- **Mauro Vieira no centro da crise diplomática:** a resposta de Mauro Vieira às declarações de Marco Rubio, classificadas como inaceitáveis e ofensivas, formou eixo próprio, com 45% de posts de imprensa e 41% de direita.
- **Tudo em um dia:** o volume se concentrou em 16 de julho, que respondeu por metade dos posts datados do recorte, no dia em que a tarifa foi detalhada e a troca de acusações entre as chancelarias veio a público.



Enquadramentos narrativos por campo:

- **ESQUERDA:** a leitura da **esquerda** apresentou o tarifaço como resultado de uma articulação bolsonarista nos Estados Unidos e como tentativa de interferência estrangeira no processo político brasileiro. A expressão “**Tariflávio**” condensou a acusação de que Flávio Bolsonaro e sua família teriam usado relações com Trump para transformar sanções econômicas em arma eleitoral contra Lula.
- **EXTREMA-DIREITA:** a extrema-direita transformou o tarifaço em prova de fracasso diplomático do governo Lula. O episódio foi usado para sustentar que o presidente teria provocado os Estados Unidos, substituído negociação por ideologia e deixado o setor produtivo sem defesa. Nesse enquadramento, Flávio Bolsonaro buscou ocupar o lugar de interlocutor alternativo com Washington, enquanto a fala de Marco Rubio serviu como validação externa da acusação contra o governo e **responsabilização direta de Lula**.
- **IMPRENSA:** A imprensa tratou o tarifaço como uma **crise comercial** que ganhou **peso político** imediato. O foco recaiu menos sobre uma explicação única e mais sobre a **disputa de versões**: governo Lula, família Bolsonaro, Trump, Marco Rubio, USTR, Pix, STF e setores exportadores passaram a compor uma mesma crise. Nesse enquadramento, **Lula poderia ganhar força ao mobilizar soberania** contra Trump, enquanto **Flávio ficava exposto ao risco** de ser associado a uma punição econômica contra o Brasil.



Contexto

O relatório acompanha como a tarifa de 25% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros repercutiu no ecossistema político brasileiro nas redes. A medida foi oficializada em 15 de julho e é o desfecho de uma investigação conduzida ao longo de um ano pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, o USTR, com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. A investigação examinou práticas brasileiras relacionadas ao comércio digital e aos serviços de pagamento eletrônico, com foco no Pix, às tarifas preferenciais, ao combate à corrupção, à proteção da propriedade intelectual, ao acesso ao mercado de etanol e ao desmatamento ilegal.

Em 16 de julho, o USTR publicou a versão final, que excluiu mais de 2.100 produtos da sobretaxa após as audiências públicas do início do mês. A tarifa entra em vigor em 22 de julho e pode ser revista caso o Brasil altere as práticas apontadas. Assim, **a nova tarifa incide sobre aproximadamente [18% da pauta exportadora do país para o vizinho do norte](#). Considerando que as [exportações para os EUA representam 9,3% das exportações brasileiras](#), o impacto se concentra em aproximadamente 1,67% do total dos produtos exportados pelo Brasil.**

A dimensão política vinha desde antes do anúncio, na esteira da guerra tarifária de Trump com o mundo, em geral, e com o Brasil, em particular, há mais de um ano. Já no anúncio da medida, primeiro com a comparência de James Green na quarta à noite e agora o secretário de Estado Marco Rubio, que fez questão de reforçar essa dimensão política, com acusações diretas à “boa-fé” e “ego” do mandatário brasileiro.

O chanceler Mauro Vieira respondeu ao ocorrido com a leitura de dura nota oficial, na qual classificou as declarações como inaceitáveis e ofensivas ao povo e ao governo brasileiros, afirmou que Rubio atacou o chefe de Estado de forma grosseira e arrogante, e sustentou que o que o secretário de estado chama de “ego” é a “convicção de Lula na defesa da soberania”. O Itamaraty registrou que houve mais de trinta reuniões com o governo americano desde março do ano anterior. O governo brasileiro atribuiu o desfecho à colaboração da família Bolsonaro com o governo americano, o que abriu a disputa interna sobre a responsabilidade pela medida. A coleta capturou o debate a partir do termo tarifa.

Na esteira de Vieira, saíram a palestra o vice-presidente, Geraldo Alckmin, classificando o tarifaço de “injusto e descabido e recordando o programa Brasil Soberano, como forma de ajudar empresas e empregos no país, além de recordar que a Lei de Reciprocidade aprovada por unanimidade no Congresso, abria possibilidade para o Brasil estudar medidas retaliatória; o Ministro da Fazenda, Dario Durigan, reforçou a defesa da soberania digital “financeira e geológica”, em referência ao Pix e às Terras Raras, assim como a da democracia. Também destacou a disposição do Governo em seguir negociando; já o presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, lembrou que as empresas de cartão de crédito e os sistemas eletrônicos de pagamento estadunidenses cresceram 150% desde a implantação do Pix, evidenciando que essas empresas se beneficiaram da bancarização promovida pelo sistema eletrônico de pagamentos do país; João Paulo Capobianco, Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, considerou que a decisão se baseava em dados distorcidos de desmatamento, destacando que esse reduziu drasticamente no atual governo.

Por fim, na conta oficial do presidente Lula no X, uma nota assinada pela SECOM, definiu a nova tarifa como um “marco lastimável” nas relações entre Brasil e EUA, negou a “legitimidade” da mesma, considerada como “desfecho de um enredo” que contou com apoio ativo da “família Bolsonaro”, motivada por “objetivos eleitorais”.



Análise das métricas da lista fechada¹



Clusters de vocabulários mais utilizados por atores políticos

O acompanhamento registrou **3.084 posts** e **14,8 milhões de interações** no período, distribuídos em **cinco eixos temáticos**, sendo que o debate se organizou em dois blocos. De um lado, **três eixos de cobertura factual**, a investigação do USTR, a crise com Rubio e os produtos tarifados, **que somam 51% dos posts**. De outro, **dois eixos de disputa política**, a culpa pelo tarifaço e a defesa da soberania, **que somam 49% dos posts e 58% do total de interações**.

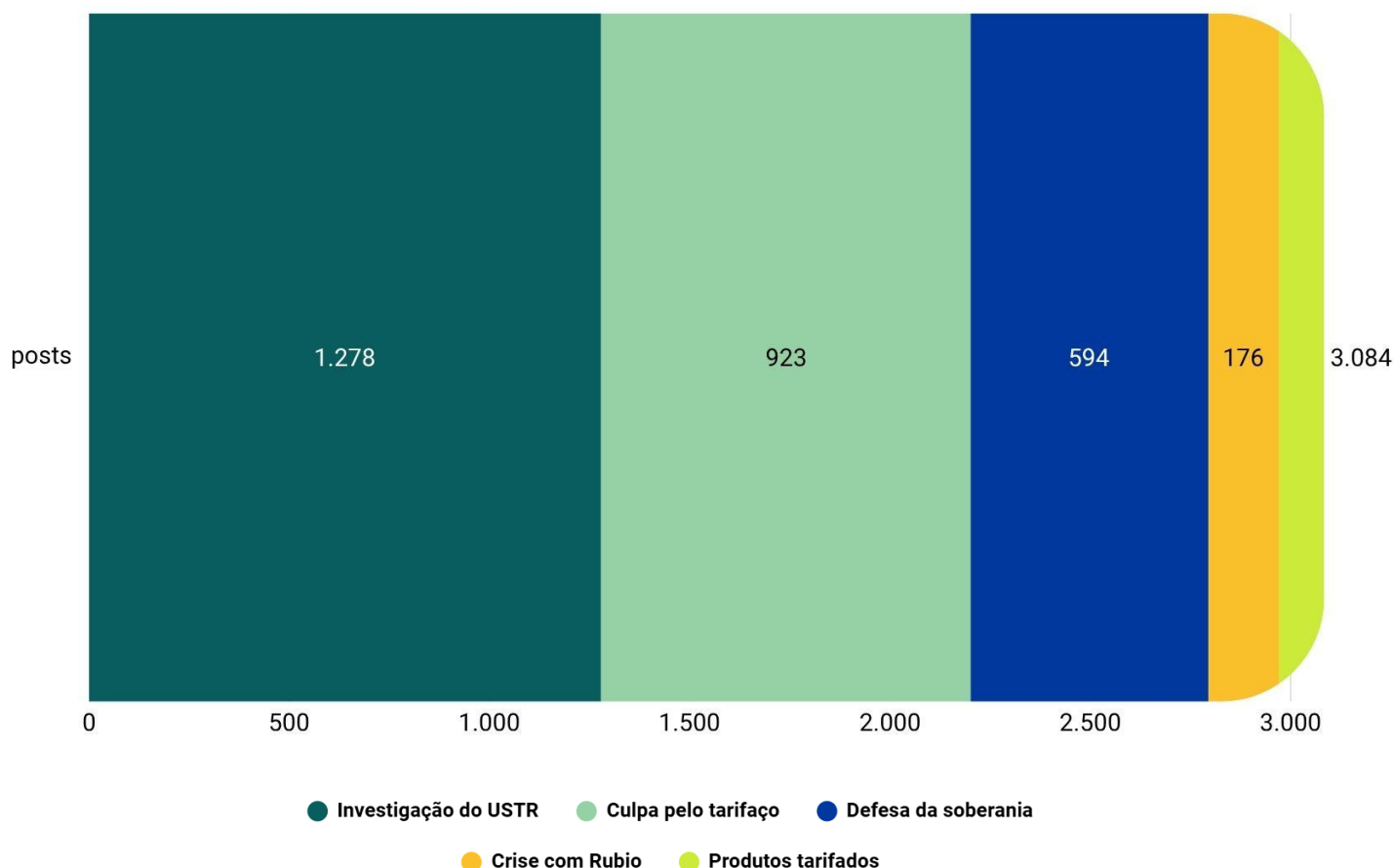
CLUSTER	% DO TOTAL	PERFIL POLÍTICO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS DE TERMOS
INVESTIGAÇÃO DO USTR	41%	direita 28% esquerda 21% imprensa 51%	Cobertura da investigação comercial dos Estados Unidos sob a Seção 301 e a resposta do Planalto e a posição da indústria.	estados, unidos, ustr, greer, investigação, comércio, reciprocidade, planalto, omc, cni
CULPA PELO TARIFAÇO	30%	direita 44% esquerda 38% imprensa 18%	Disputa sobre a responsabilidade pela medida, com a atribuição de culpa ao governo Lula, a acusação de colaboração da família Bolsonaro e o debate sobre a atuação de Flávio Bolsonaro.	flávio, bolsonaro, lula, trump, culpa, tarifaço, campanha, Moraes, tariflávio
DEFESA DA SOBERANIA	19%	direita 31% esquerda 65% imprensa 4%	Defesa da soberania nacional diante da medida estadunidense, proteção dos empregos e dos interesses do país, acusação de traição contra quem colaborou com o governo americano.	soberania, interesses, defender, empregos, povo, país, pátria, traidor, patriotismo
CRISE COM RUBIO	6%	direita 41% esquerda 14% imprensa 45%	Declarações de Marco Rubio sobre a boa-fé nas negociações e a resposta de Mauro Vieira, que as classificou como inaceitáveis e ofensivas.	rubio, marco, mauro, vieira, boa-fé, ego, inaceitáveis, ofensivas, chanceler, exteriores
PRODUTOS TARIFADOS	4%	direita 31% esquerda 13% imprensa 56%	Cobertura dos setores atingidos pela sobretaxa, a lista de produtos afetados e os itens excluídos na versão final da medida.	carne, bovina, laranja, café, suco, calçados, etanol, máquinas, vestuário, agrícolas

A tarifa de 25% dos Estados Unidos produziu um debate muito equilibrado e bem delimitado nas redes, indicando que as narrativas mobilizadas em relação às tarifas estão cristalizadas. Direita, esquerda e imprensa ficaram a um ponto de distância entre si, com 34%, 34% e 32% dos posts. A **imprensa fez uma** cobertura factual, com a investigação do USTR e a lista de produtos; a **esquerda** levantou a bandeira da soberania e da defesa dos empregos; a **direita** disputou a atribuição de culpa pela medida.

¹ Dados coletados pelo Data Lake DX.

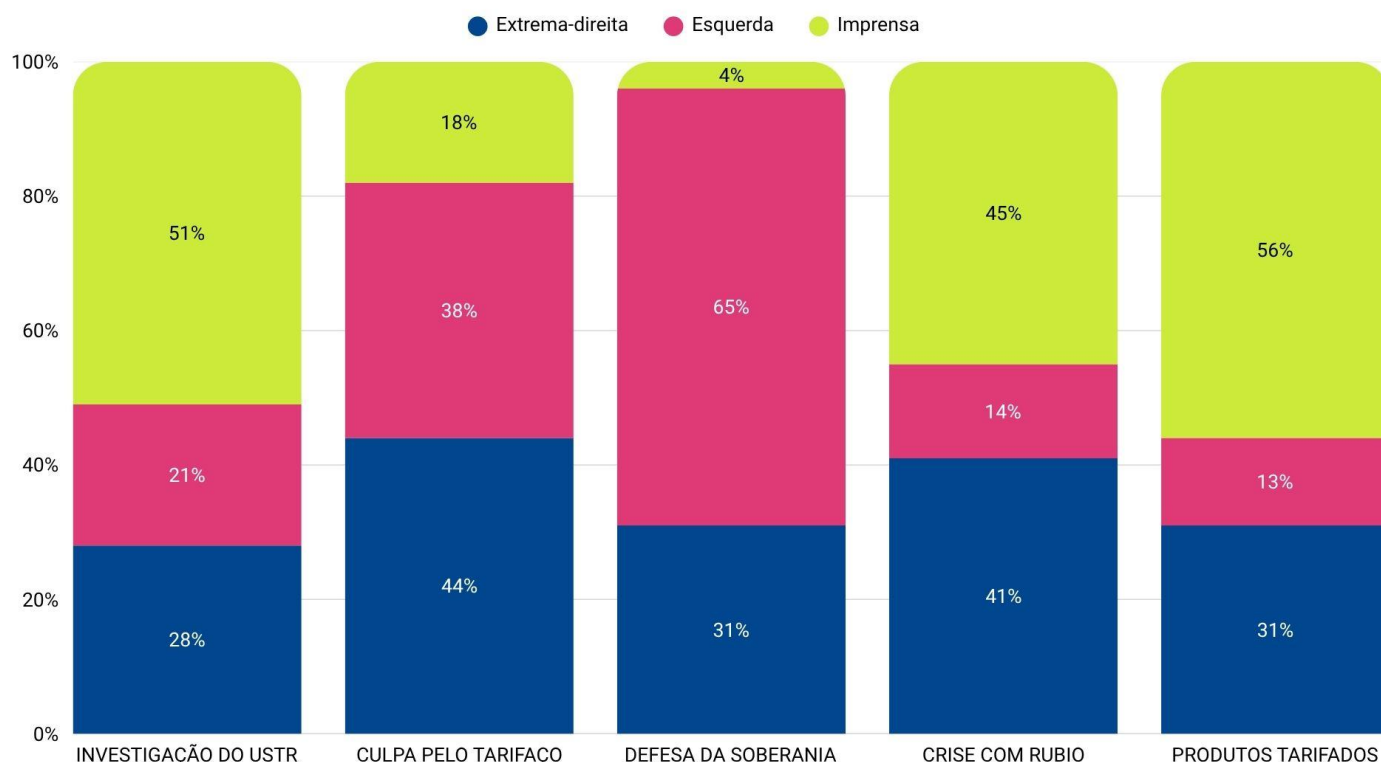
Os três eixos de cobertura factual reúnem 51% dos posts, mas os dois eixos de disputa política, a “culpa” e a “soberania”, concentram 58% do engajamento a partir de 49% do volume de postagens. A informação factual teve mais postagens; a política teve mais engajamento. O eixo da “culpa”, o de maior alcance do recorte, é também o mais disputado, com 44% de direita e 38% de esquerda, o ponto em que os dois campos se encontram e brigam pela mesma pergunta: de quem é a responsabilidade pela tarifa.

Gráfico 01: Distribuição temática segundo posts publicados



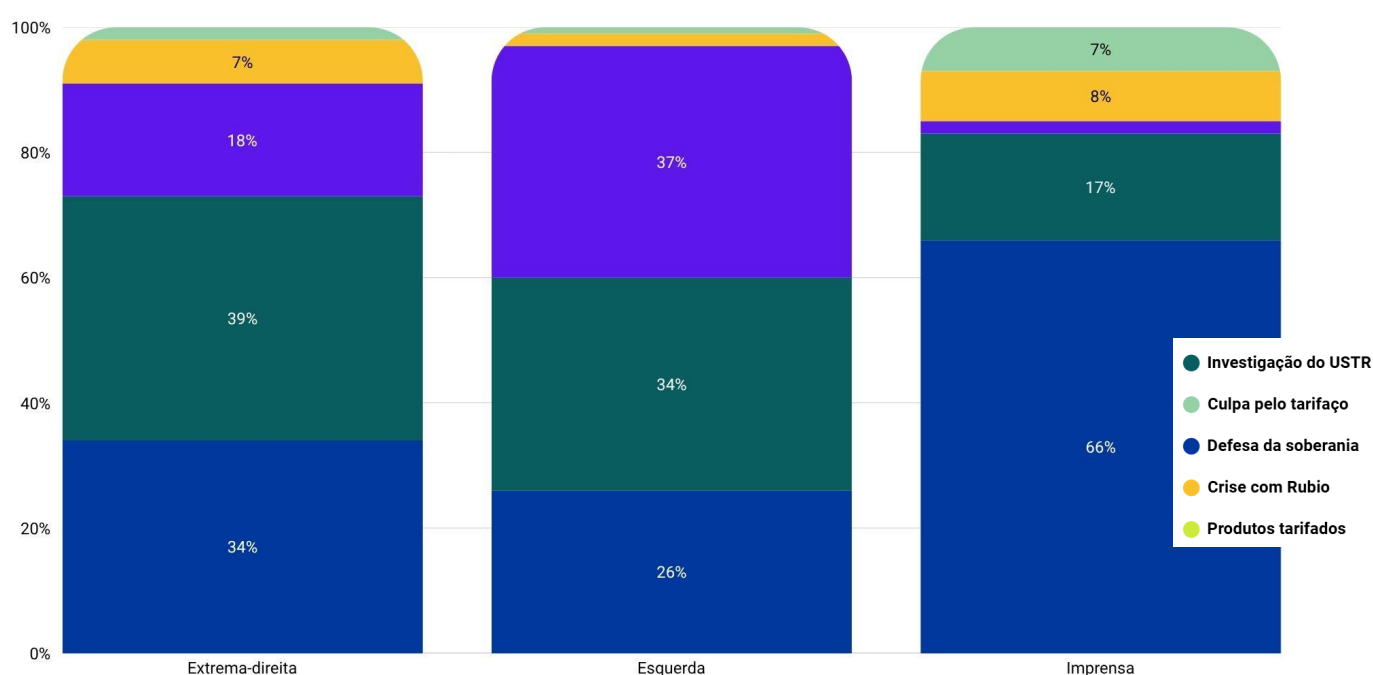
A investigação do USTR foi o maior eixo, com 1.278 dos 3.084 posts, seguida da culpa pelo tarifaço, com 923. Os três eixos de cobertura factual somam 51% do volume e os dois de disputa política somam 49%, um equilíbrio que mostra o tarifaço repartido entre o registro do fato e a briga sobre a responsabilidade por ele.

Gráfico 02: Perfil político dos posts por eixo



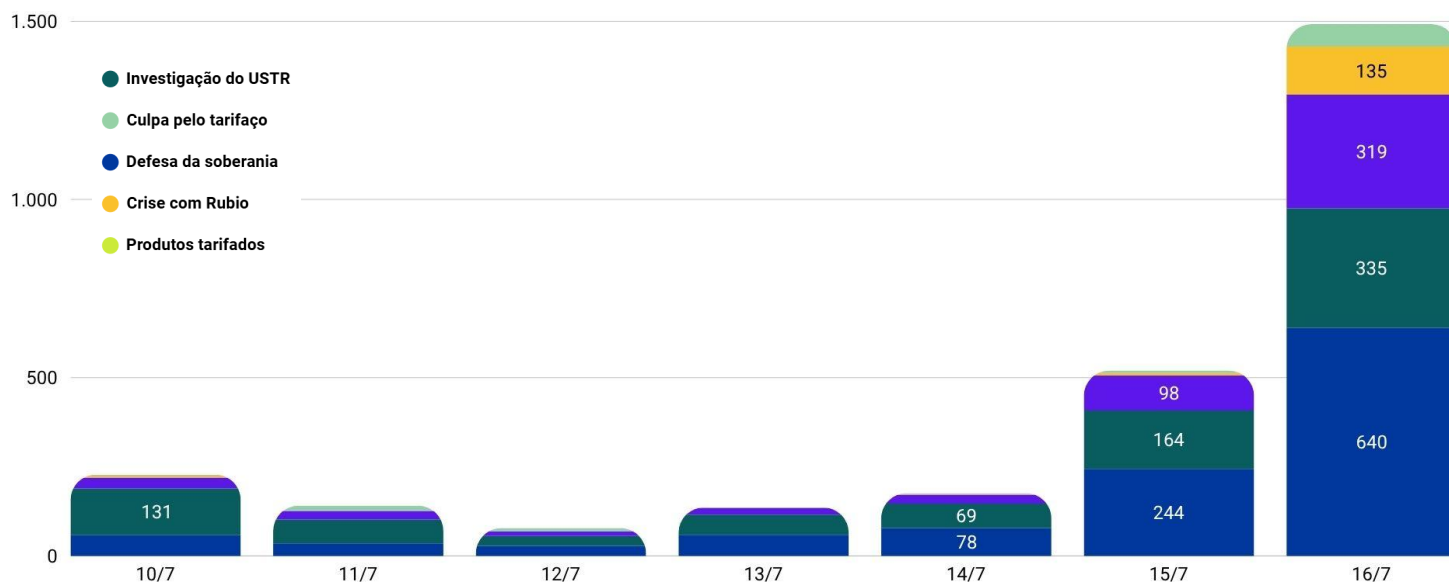
O gráfico revela a divisão de trabalho que o equilíbrio geral esconde. A imprensa domina os dois eixos de cobertura, com 51% na investigação do USTR e 56% nos produtos tarifados. A esquerda tem 65% na defesa da soberania, o eixo mais escorado do recorte. A direita lidera a culpa pelo tarifaço, com 44%, o único eixo em que os dois campos políticos se aproximam. Cada campo ocupou uma porta diferente do mesmo tema.

Gráfico 03: Composição de cada campo pelos eixos



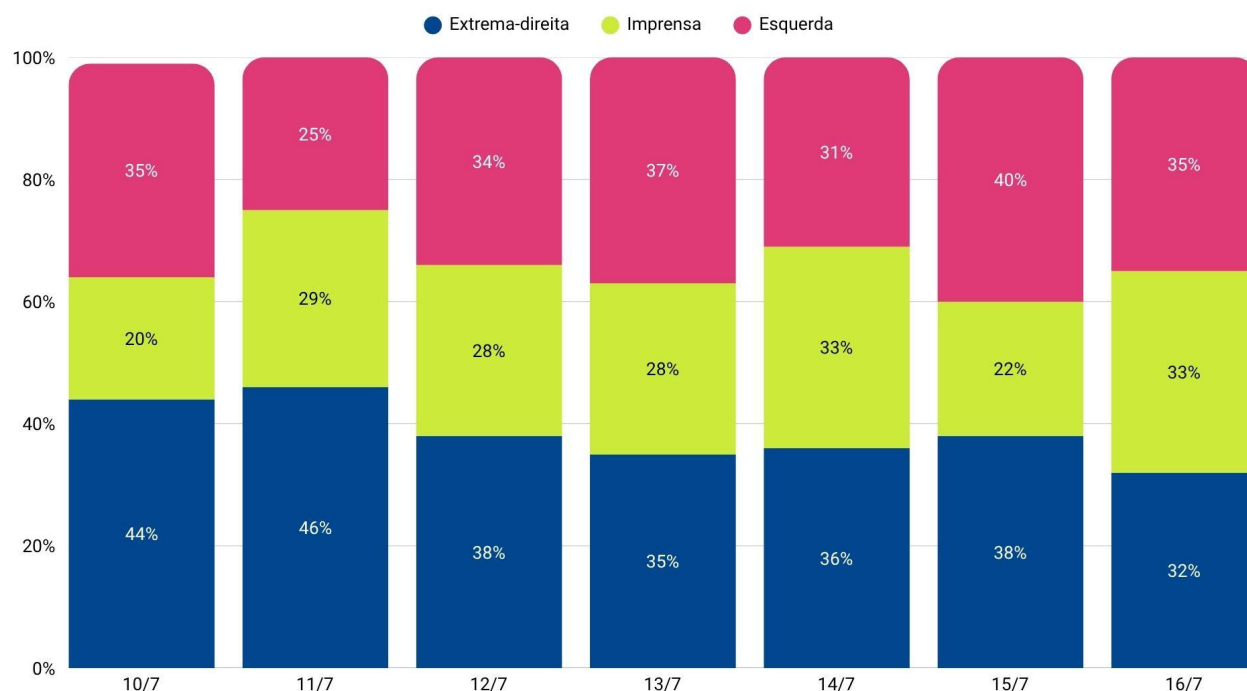
Dentro de cada campo, a imprensa concentrou 66% de seus posts na investigação do USTR, a cobertura que lhe é própria. A esquerda dividiu-se entre a defesa da soberania, com 37%, e a culpa pelo tarifaço, com 34%. A direita concentrou 39% na culpa e 34% na investigação, ao acompanhar o fato e disputar os sentidos sobre ele.

Gráfico 04: Distribuição diária por eixo



O volume se concentrou no fim da série. Em 16 de julho, dia em que a versão final da tarifa foi publicada e as chancelarias trocaram acusações, a investigação do USTR chegou a 640 posts e a defesa da soberania a 319, os maiores valores diários do recorte. A crise com Rubio, praticamente ausente até 15 de julho, saltou para 135 posts em um único dia, o que mostra um eixo nascido de um evento pontual.

Gráfico 05: Perfil diário dos posts



O equilíbrio entre os campos se manteve ao longo de quase todos os dias, sem que nenhum abrisse vantagem sustentada. A direita começou o período à frente, com 44% em 10 de julho, e a esquerda passou à frente em 15 de julho, com 40%. No dia do pico, em 16 de julho, os três campos ficaram a poucos pontos de distância, com 35% de esquerda, 33% de imprensa e 32% de direita, o retrato de um tema que mobilizou o ecossistema inteiro ao mesmo tempo.

Metade dos posts datados do recorte se concentra em 16 de julho, o dia em que a versão final da medida foi publicada, com a isenção de mais de dois mil produtos, e em que Rubio e Mauro Vieira trocaram acusações públicas. Foi nesse dia que a crise diplomática nasceu como eixo, saindo de presença marginal para 135 posts, e que a defesa da soberania atingiu seu maior valor. O retrato final é o de um tema que mobilizou o ecossistema político inteiro em um único dia, com os três campos presentes em proporção quase idêntica, cada um com o seu enquadramento.



Narrativas mobilizadas

👉 Principais temas da **direita**

Atribuição de culpa a Lula e ao PT pela crise tarifária

A principal leitura da extrema-direita atribuiu o novo tarifaço dos Estados Unidos à condução da política externa do governo Lula. As publicações sustentaram que o presidente teria provocado Donald Trump e transformado a relação com os Estados Unidos em um confronto político, abrindo espaço para a adoção das tarifas. Esse enquadramento consolidou a ideia de que a medida comercial seria consequência de erros diplomáticos do governo e difundiu a fórmula de que “a culpa é do Lula” como principal eixo de mobilização. Flávio Bolsonaro reforçou essa narrativa ao afirmar que [viajou aos Estados Unidos para negociar enquanto Lula teria “atacado e provocado”](#) o governo americano, retomando o argumento em outra publicação que classificou o PT como o “Partido do Tarifaço” e atribuiu a [Marco Rubio](#) a avaliação de que Lula teria colocado o próprio ego acima de um acordo.

Flávio Bolsonaro entre diplomacia paralela e reação ao “Tariflávio”

A extrema-direita tentou inverter a narrativa do “Tariflávio”. O enquadramento foi de que o governo Lula e parte da imprensa buscavam responsabilizar Flávio Bolsonaro pelo tarifaço para esconder o fracasso do Itamaraty. Essa defesa apareceu em publicações nas quais Flávio disse ter “batido em todas as portas” para defender os interesses do Brasil e prometeu fazer o mesmo em relação à tarifa chinesa sobre a carne brasileira, como no [post publicado antes da decisão americana](#). A narrativa também circulou em conteúdos que afirmavam que [Flávio teria sido recebido com deferência nos EUA enquanto o governo brasileiro se ausentava](#) e que [a tentativa de vincular o senador ao tarifaço teria sido desmontada por autoridades americanas](#).

Marco Rubio virou fonte de validação externa contra o governo Lula

A fala de Marco Rubio foi usada como confirmação externa da tese da extrema-direita. As publicações apresentaram sua declaração como um julgamento de Washington sobre a condução da política externa brasileira e sustentaram que ela confirmaria a falta de disposição do governo Lula para negociar. Essa chave aparece em publicações que destacaram que [Rubio teria “destruído” a estratégia de Lula de culpar Flávio](#) e em conteúdos que afirmavam que [o governo americano “culpou Lula” pelo tarifaço](#).

Soberania usada como álibi para o fracasso diplomático

Depois da confirmação das tarifas, a extrema-direita passou a apresentar a resposta do governo como uma tentativa de transformar um revés diplomático em demonstração de soberania. As manifestações do Itamaraty e a discussão sobre a Lei de Reciprocidade foram incorporadas à narrativa de que o governo reagia apenas depois do fracasso das negociações, procurando atribuir ao confronto político uma situação que deveria ter sido resolvida pela via diplomática. Publicações sobre a [atuação de Mauro Vieira](#) reforçaram essa narrativa ao afirmar que o chanceler buscava justificar o impasse em vez de explicar por que ele não havia sido evitado.

China, carne bovina e a denúncia de indignação seletiva

Um dos principais movimentos da extrema-direita consistiu em aproximar o tarifaço dos Estados Unidos da sobretaxa chinesa sobre a carne bovina brasileira. A comparação sustentava que governo, imprensa e esquerda reagiam ao anúncio de Donald Trump, mas evitavam tratar com o mesmo peso as medidas adotadas por Pequim. A partir dessa associação, o debate passou a incorporar a relação de Lula com Xi Jinping e a dependência do mercado chinês para o agronegócio brasileiro. Publicações questionavam o [silêncio da imprensa e do governo diante da decisão chinesa](#) e afirmavam que a indignação desaparecia quando os prejuízos envolviam um país tratado como [aliado ideológico](#). Com isso, Lula passou a ser retratado como confrontador nas relações com os Estados Unidos e complacente diante da China.

STF e big techs na denúncia de insegurança jurídica

A extrema-direita reforçou que a tarifa americana seria resposta a barreiras comerciais criadas pelo Judiciário brasileiro, sobretudo pelas decisões atribuídas a Alexandre de Moraes contra plataformas digitais. Essa interpretação aparece em publicações que afirmavam que [o relatório americano apontava decisões judiciais sigilosas contra empresas de tecnologia como barreiras comerciais injustas](#) e em conteúdos segundo os quais [o tarifaço seria uma retaliação ao cerceamento do comércio digital](#). A associação permitiu conectar o caso à agenda permanente da extrema-direita contra o STF e transformar a disputa comercial em capítulo de uma denúncia mais ampla sobre autoritarismo institucional no Brasil.

O impacto econômico foi apresentado como conta paga por trabalhadores, empresários e produtores

A extrema-direita também procurou aproximar o tarifaço da experiência cotidiana da população. As publicações sustentaram que a crise produziria efeitos sobre a economia brasileira, comprometendo exportações e empregos e chegando ao custo de vida. A responsabilidade por esse cenário foi atribuída ao governo Lula, enquanto empresários, produtores rurais, trabalhadores e consumidores passaram a ser apresentados como os que arcariam com as consequências da política externa. Essa visão apareceu em

conteúdos que afirmavam que “[quem paga a conta é o povo brasileiro](#)”, em análises sobre os impactos das [tarifas](#) para empresas exportadoras e em postagens voltadas ao agronegócio que relacionavam o [tarifaço à perda de competitividade e ao aumento dos preços dos alimentos](#). Dessa forma, a disputa internacional foi incorporada ao debate sobre a situação econômica vivida pelos brasileiros.

O tarifaço na largada eleitoral de 2026

Por fim, o tarifaço passou a ser apresentado como oportunidade de mobilização eleitoral para a extrema-direita. A crise foi incorporada à narrativa de que o PT seria incapaz de proteger o setor produtivo, enquanto Flávio Bolsonaro aparecia como o interlocutor capaz de reconstruir a relação com os Estados Unidos. As publicações também sustentavam que Lula teria contribuído para a escalada do conflito ao transformar o governo americano em adversário político, abrindo espaço para que Flávio se apresentasse como alternativa. Esse ponto foi reforçado por [conteúdos do PL](#) e de aliados que atribuíram ao presidente a responsabilidade pelo tarifaço e convocaram a base em torno da ideia de derrotar o “Partido do Tarifaço”. O mesmo argumento apareceu em postagens que projetavam uma eventual [eleição de Flávio como caminho para reverter](#) a crise e recolocar o Brasil em sintonia com os Estados Unidos.

Principais temas da esquerda

Tariflávio como síntese da traição nacional

O enquadramento predominante da esquerda atribuiu o tarifaço à articulação da família Bolsonaro nos Estados Unidos, e não apenas à decisão de Donald Trump. A expressão “Tariflávio” sintetizou essa interpretação ao vincular Flávio Bolsonaro à adoção das tarifas e à disposição de recorrer a pressões externas com efeitos sobre a economia brasileira em benefício de seus interesses políticos. Essa narrativa apareceu em publicações que classificavam o senador como “traidor da pátria” e afirmavam que ele teria atuado para viabilizar a medida, como no post de Rogério Correia que dizia que “[Tariflávio taxou você](#)”. O mesmo argumento foi reproduzido por perfis do PT, de movimentos estudantis e de parlamentares, que apresentaram o episódio como evidência de um falso [patriotismo subordinado aos interesses dos Estados Unidos](#).

O clã Bolsonaro na chave da sabotagem externa

A crítica também passou a abranger toda a família Bolsonaro. As publicações sustentaram que Eduardo, Flávio e aliados como Paulo Figueiredo teriam atuado em Washington para pressionar o governo americano e utilizar a economia brasileira como instrumento de disputa política. O tarifaço foi apresentado como evidência de que o bolsonarismo subordinaria os interesses do país à proteção de Jair Bolsonaro, à influência sobre a eleição presidencial e ao desgaste do governo Lula. Essa interpretação apareceu em conteúdos que acusavam Eduardo e Flávio de [conspirarem contra o Brasil](#),

atribuíam à família [Bolsonaro a iniciativa que resultou nas novas tarifas](#) e descreviam a medida como uma forma de sabotagem econômica contra o país.

Defesa da soberania como resposta de Lula

Outro eixo apresentou Lula e o governo federal como defensores da soberania nacional diante da pressão exercida pelos Estados Unidos. As manifestações oficiais do governo, a atuação do Itamaraty, a referência à Organização Mundial do Comércio e a possibilidade de aplicação da Lei da Reciprocidade foram mobilizadas para sustentar que o Brasil responderia ao tarifaço sem abrir mão de suas decisões internas. As publicações defenderam que temas como Pix, regulação digital, etanol, propriedade intelectual e meio ambiente não poderiam servir de justificativa para interferência externa. Essa posição apareceu em conteúdos do Instituto Lula, [que afirmavam que o país defenderia sua soberania em qualquer circunstância](#), e em publicações de Gleisi Hoffmann que [contrapunham negociação diplomática à submissão](#). A partir dessa leitura, a crise passou a ser apresentada como um confronto entre um governo comprometido com a defesa dos interesses nacionais e uma oposição que buscaria apoio em uma potência estrangeira. Assim, a esquerda organizou a disputa em torno de uma oposição entre soberania e submissão. Lula foi apresentado como alguém que fala de igual para igual com outros países, enquanto o bolsonarismo foi descrito como força “vira-lata”, entreguista e subordinada aos EUA.

Pix no centro da disputa por autonomia digital

O Pix ocupou lugar de destaque na narrativa da esquerda por concentrar parte das críticas à atuação dos Estados Unidos. As publicações sustentaram que a pressão americana revelaria o incômodo com uma tecnologia pública brasileira capaz de reduzir custos para a população e disputar espaço com empresas privadas de pagamento. A defesa do sistema foi incorporada ao discurso de soberania econômica e digital, aparecendo em conteúdos que afirmavam que [“o Pix é do Brasil”](#) e que as eleições pertencem aos brasileiros, além de publicações do PT na Câmara que classificavam o sistema como um patrimônio nacional e de postagens que atribuíam a [ofensiva americana aos interesses das big techs e do sistema financeiro dos Estados Unidos](#). O Ministro da Fazenda, Dario Durigan, destacou a defesa da “soberania financeira e geológica”, em referência ao Pix e às Terras Raras, respectivamente. Dessa forma, o tarifaço passou a ser interpretado como parte de uma tentativa de pressionar o Brasil em favor desses interesses.

A conta da articulação bolsonarista no emprego e na renda

As publicações de esquerda insistiram que a consequência do tarifaço recairia sobre trabalhadores, produtores, exportadores e empresas brasileiras. Gleisi Hoffmann regionalizou esse enquadramento ao afirmar que [o Paraná não poderia pagar a conta da família Bolsonaro](#), enquanto Décio Lima destacou que [mais da metade das exportações de Santa Catarina poderia ser afetada](#).

Tarifas americanas e suspeita de interferência eleitoral

Outro eixo interpretou o tarifaço como parte de uma tentativa de interferência na eleição brasileira. As publicações sustentaram que o governo americano e o bolsonarismo atuariam de forma coordenada para favorecer a candidatura de Flávio Bolsonaro, utilizando a pressão econômica como instrumento de disputa política. O episódio foi apresentado como evidência de uma articulação internacional voltada a [influenciar o processo eleitoral brasileiro](#), inserindo a política comercial dos [Estados Unidos](#) na estratégia da extrema-direita para a sucessão presidencial.

Reação popular contra Flávio como sinal de desgaste eleitoral

A esquerda explorou os efeitos políticos do tarifaço sobre a candidatura de Flávio Bolsonaro. Pesquisas de opinião, métricas de circulação nas redes sociais e conteúdos sobre rejeição foram mobilizados para sustentar que a associação entre o senador e as tarifas havia se consolidado junto à opinião pública.. Esse eixo aparece em postagens que citavam a Quaest e diziam que [a maioria dos brasileiros responsabilizava Flávio pelo tarifaço](#), em publicações de Humberto Costa que afirmavam que [51% apontavam Flávio como responsável](#) e em conteúdos que diziam que o termo teria acumulado milhões de menções nas redes. Parte das publicações conectou ainda o tarifaço a outros episódios de desgaste de Flávio Bolsonaro, como o Banco Master, Daniel Vorcaro, a foto com o “Sicário”, a crise com Michelle Bolsonaro, a carta de Jair Bolsonaro e a suspeita de uso eleitoral da família. Essa chave aparece em publicações do ICL sobre [a foto de Flávio com o “Sicário”](#), em posts que diziam que [o bolsonarismo estava exposto em meio ao tarifaço, à pesquisa e ao caso Vorcaro](#), e em conteúdos que chamavam Flávio de “Tariflávio Bolsomaster”.

Principais temas da imprensa

Tarifaço é crise política antes de ser crise comercial

O episódio foi tratado como parte de uma disputa sobre soberania, eleição, Judiciário, regulação digital, Pix e acesso a minerais estratégicos. Circularam análises segundo as quais Trump teria usado instrumentos comerciais para pressionar escolhas internas do Brasil, transformando a autonomia nacional em suposta prática desleal de comércio, leitura presente em registros que trataram a medida como [interferência política sobre o Brasil](#) e como [tentativa de influência no processo eleitoral](#).

Disputa pela autoria do prejuízo

O tarifaço foi narrado como uma guerra de versões. De um lado, apareceu a tese de que o governo brasileiro falhou na negociação, irritou Washington e não ofereceu resposta suficiente às demandas americanas. De outro, ganhou força a visão de que a família Bolsonaro atuou nos Estados Unidos para associar o Brasil a sanções externas e usar a crise como arma eleitoral. O resultado foi um debate menos concentrado na lista de

produtos e mais voltado a definir quem deveria arcar com o custo político da medida, como apareceu nos conteúdos sobre a [responsabilidade atribuída a Flávio Bolsonaro](#) e sobre a [tentativa do Planalto de apontar a atuação bolsonarista](#).

Flávio Bolsonaro sob desgaste após a ida a Washington

A participação de Flávio nas conversas em Washington foi lida como movimento arriscado. A narrativa foi de que ele tentou converter seu acesso ao governo Trump em ativo de campanha, mas acabou exposto à associação com uma punição econômica contra o Brasil. A expressão “TariFlávio” sintetizou essa tentativa de colar a crise à candidatura, enquanto pesquisas e análises passaram a apontar desgaste, perda de tração e dúvidas sobre sua viabilidade eleitoral. Esse enquadramento apareceu em conteúdos que ligaram o tarifaço ao [risco para a candidatura de Flávio](#), ao [avanço da expressão “TariFlávio”](#) e à percepção de que a crise [reduziu sua força diante de Lula](#).

Lula aposta na soberania para reagir ao tarifaço

A resposta do governo foi enquadrada como tentativa de fazer do tarifaço uma agenda de soberania. A narrativa oficial apresentou a medida como unilateral, sem base nas regras multilaterais e fundada em pressões sobre temas internos. Pix, regulação das plataformas, política ambiental, decisões judiciais e minerais estratégicos apareceram como áreas nas quais o Brasil não deveria ceder. Essa chave apareceu em conteúdos sobre a promessa de [não “baixar a cabeça” diante dos Estados Unidos](#), sobre a defesa de que o país [não se curvou às demandas americanas](#) e sobre a resposta que classificou a medida como [“marco lastimável” nas relações bilaterais](#).

Pix no centro da disputa entre inovação pública e pressão americana

A inclusão do Pix nas justificativas americanas foi tratada como um dos pontos mais sensíveis do episódio. O argumento foi de que o sistema de pagamentos se tornou símbolo de autonomia financeira e inovação estatal, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos tentaram enquadrá-lo como vantagem indevida contra empresas americanas. Isso permitiu ao governo apresentar a defesa do Pix como defesa de um patrimônio nacional, enquanto análises econômicas discutiram se o argumento americano tinha base concorrencial ou se servia como pretexto para sustentar a tarifa. Essa narrativa apareceu em explicações sobre [por que o Pix incomoda Washington](#), em registros sobre a tentativa americana de tratar o sistema como [competição desleal](#) e em reações que classificaram os ataques ao Pix como [desculpas para dar lógica ao tarifaço](#).

Emprego, indústria e exportações no foco dos efeitos econômicos

A cobertura destacou os efeitos concretos sobre empresas e trabalhadores. A tarifa foi relacionada ao risco de demissões, férias coletivas, perda de competitividade e dificuldade de substituir o mercado americano em curto prazo. Setores como madeira processada, calçados, máquinas, têxteis, etanol e manufaturados apareceram entre os

mais vulneráveis, enquanto carne, café e alguns itens estratégicos foram apresentados como exceções relevantes. Essa narrativa apareceu em conteúdos sobre [empregos ameaçados em setores exportadores](#), sobre a [lista de produtos afetados e isentos](#) e sobre o cálculo de que o tarifaço atingiria [parte relevante das exportações brasileiras](#).

Reciprocidade entre resposta legítima e risco de escalada

A possibilidade de resposta por reciprocidade apareceu em duas leituras. A primeira tratou a reação como instrumento legítimo para responder a uma medida unilateral. A segunda alertou que o Brasil não teria a mesma força econômica dos Estados Unidos para sustentar uma escalada comercial. Assim, uma resposta mal calibrada poderia gerar guerra comercial, ampliar custos internos e agravar o prejuízo das empresas brasileiras. Essa tensão apareceu em conteúdos sobre a [Lei da Reciprocidade](#), sobre o risco de [retaliação gerar guerra comercial](#) e sobre a avaliação de que o país não teria [cacife político e econômico para afetar os EUA](#).

Negociação difícil e limites da política externa brasileira

Outra narrativa apresentou o tarifaço como resultado de uma relação bilateral deteriorada e de baixa capacidade de negociação. A leitura foi de que o Brasil chegou ao anúncio em posição defensiva, com canais de diálogo desgastados, exigências americanas consideradas excessivas e dificuldade para transformar argumentos técnicos em acordo. Ao mesmo tempo, houve contestação à tese de que o governo não tentou negociar, com registros de contatos, reuniões e respostas formais. Essa disputa apareceu em conteúdos sobre a avaliação de que faltou [condução técnica e pragmática](#), sobre o relato de [mais de 30 contatos com os EUA](#) e sobre a checagem de que a afirmação de ausência de negociação [não se sustenta nos registros disponíveis](#).

O tarifaço no centro da corrida presidencial de 2026

O tarifaço foi tratado como tema econômico com efeito eleitoral imediato. A medida apareceu como ativo potencial para Lula, ao permitir um discurso de defesa nacional contra Trump e contra a família Bolsonaro, mas também como risco para o governo caso os efeitos cheguem ao emprego, às exportações e aos preços. Para Flávio, o episódio foi lido como ameaça porque reforçou sua proximidade com Trump e criou suspeita de uso eleitoral de uma punição ao Brasil. Essa chave apareceu em análises sobre o tarifaço como [ativo eleitoral para Lula](#), sobre o [impacto eleitoral da medida](#) e sobre a crítica de que Flávio e Lula passaram a [jogar a crise em chave eleitoral](#).

EXPEDIENTE

Novo Tarifaço

17 de julho de 2026

ESTE RELATÓRIO ESTÁ LICENCIADO SOB A LICENÇA CREATIVE COMMONS CC BY-SA 4.0 BR. Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, inclusive para fins comerciais, contanto que atribuam crédito aos autores corretamente, e que utilizem a mesma licença.

TEXTO DA LICENÇA: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode>

COMO CITAR ESSE DOCUMENTO:

Chiodi, Alexsander; Homma, Luana; Vasques, Beto, Bastos, João.. Novo Tarifaço. Instituto Democracia em Xequê, 2026.

Equipe do relatório:

Alexsander Chiodi, Luana Homma, Beto Vasques, João Bastos.

Dados: Marcelo Alves. Design e diagramação: Moara Juliana

INSTITUTO DEMOCRACIA EM XEQUE

Fabiano Garrido

Diretor Executivo

Beto Vasques

Diretor de Relações Institucionais

Ana Julia Bonzanini Bernardi

Diretora de Projetos

Letícia Capone

Diretora de Pesquisa

Marcelo Alves

Diretor de Metodologia e Inovação

João Guilherme Bastos dos Santos

Diretor de Tecnologia e Estudos Temáticos

Tatiana Dourado

Diretora de Estudos e Políticas Digitais

Alexsander Chiodi

Coordenador de Relatórios

Caroline Pecoraro

Coordenação de Gestão Institucional

Moara Juliana

Coordenadora de Arte e Comunicação

Patrícia Hernandez

Coordenadora de Operações

Paulo Souza

Coordenador de Parcerias

Contato: contato@institutodx.com